apubh SEÇÃO SINDICAL DA ANDES-SN
ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS DOCENTES DA UFMG
RUA ARTUR ITABIRANO,70 - BH - MG - FONE 441-7211

02/95

informativo

março - 1995

CONJUNTURA E INDICATIVO DE GREVE

Vivemos um momento grave e decisivo para o futuro desse país. Por isso, é fundamental que o movimento docente esteja atento neste momento, realizando análises de conjuntura com o objetivo de superar as visões fragmentadas da realidade e avaliar a presente correlação de forças para poder apontar os rumos da nossa luta.

Esta correlação envolve o embate entre dois grandes projetos ou concepções de sociedade: o projeto neoliberal encaminhado pelo governo e um projeto democrático e popular que resgate a cidadania de milhões de brasileiros.

Em outubro de 1994 o quadro político latinoamericano parecia apontar na direção do sucesso total dos projetos de ajustes neoliberais, no México e na Argentina e em processo de implementação no Brasil.
FHC, enquanto ministro, implantou o Plano Real nitidamente inspirado nas experiências "bem sucedidas" daqueles dois países. Na campanha eleitoral apontou os exemplos daqueles países como modelos econômicos a serem seguidos pelo Brasil.

Hoje, a conjuntura latinoamericana pouco conserva daquele seu "quadro róseo" de quatro meses atrás. Primeiro o México e agora a Argentina estão vendo seus "ajustes" construídos há cerca de quatro ou cinco anos atrás sob imposição do FMI e do Banco Mundial, desmoronarem. O altíssimo custo social e econômico deste processo pôs em risco o futuro de várias gerações daqueles países.

A globalização da economia, nos moldes capitalistas atuais, também globaliza as crises. Portanto, a mesma crise econômica daqueles dois países já começa a se manifestar no Brasil, mormente depois do Plano FHC, concebido em quatro fases (I - criação do Fundo Social de Emergência; II - criação da URV; III - criação do Real e IV - Reforma Constitucional). O Plano Real, estruturado originalmente sob os princípios da âncora cambial (que durou quatro anos na Argentina e que aqui, devido à atual crise, durou apenas quatro meses) e da abertura às importações, já sofreu alterações desses dois princípios.
Atualmente, diante da rápida queda das reservas cambiais e do crescimento, desde dezembro de 94, do déficit da balança comercial, o governo redireciona os princípios do Plano Real no sentido de tentar sustentá-lo: toma medidas restritivas à importação, estimula a exportação e pratica política de juros muito altos para evitar uma maior fuga de capitais e retomar o controle da balança comercial.

Esta nova fase do plano também não poderá ter vida longa, uma vez que a política de juros altos aumenta o déficit público, eleva os custos de produção, inibe e, consequentemente, aumenta o desemprego, arrocha salários, enfim, penaliza os setores sociais.

Em termos políticos o governo também adota novas direções. Ontem, o governo argumentava que a inflação era o grande obstáculo para o crescimento econômico do país. Hoje, nesta nova conjuntura de crise, o governo argumenta, contraditoriamente, que para controlar a inflação é necessário reduzir (?!) o crescimento econômico. Daí as atuais medidas restritivas à produção e ao consumo que visam salvar a âncora política do governo, que é o Plano Real, apesar das conseqüências sociais imediatas, como o aumento da taxa de desemprego.

O governo, dado seu amplo leque de alianças à direita, dava como favas contadas o apoio parlamentar e da sociedade à implementação (rápida) de todo o seu conjunto de propostas. No entanto, dois meses após sua posse, já está enfrentando sérios obstáculos com suas alianças (até mesmo dentro do próprio partido) e junto à sociedade, particularmente no que se refere aos movimentos sociais organizados. Estes movimentos estão implementando, nacionalmente uma série de ações contra o conjunto de reformas que instrumentalizam o projeto do governo.

O movimento sindical brasileiro destaca-se dentro do contexto latinoamericano pela sua maior organização e independência em relação ao Estado; tem poder de resposta aos projetos do governo, é também mais forte e se manifesta em um novo patamar de luta na defesa do seus direitos sociais e do patrimônio público, em suma, na defesa da cidadania.

AS REFORMAS NEOLIBERAIS DO GOVERNO FHC

A avaliação de conjuntura do XXIX Conselho Nacional da ANDES-Sindicato Nacional - CONAD - (Niterói, 29/11 a 03/12/94) explicita o conteúdo do projeto neoliberal do governo FHC, à época já eleito, e suas conseqüências para a sociedade brasileira e, em especial, para a educação. O "Manifesto à Nação" da ANDES-SN, FASUBRA-Sindical e UNE, publicado no Correio Braziliense em 01/01/95 alerta sobre as conseqüências das propostas de FHC para o ensino superior público, indicando que "sob novos contornos de retórica retomam-se as velhas propostas que tendem a aprofundar o sucateamento imposto às Universidades Públicas".

Quando da realização do XIV Congresso da ANDES-SN (Brasília, 14 a 18/02/95) as ações do governo FHC, com apenas 45 dias de exercício do mandato, davam conta do acerto da avaliação do XXIX CONAD e da necessidade de se avançar na luta, buscando a unidade com os demais trabalhadores e movimentos sociais.

O XIV Congresso aprovou conduzir as lutas do Sindicato em conjunto com os trabalhadores e movimentos sociais, tendo como orientação política os seguintes eixos centrais:

1. a defesa da escola pública, gratuita, democrática e de qualidade em todos os níveis;
2. a construção do projeto democrático popular em oposição às políticas neoliberais do governo FHC;
3. a defesa da soberania nacional e dos direitos sociais garantidos na Constituição e a luta contra a reforma constitucional de caráter neoliberal;
4. a defesa do serviço público e o controle democrático desses serviços pela população;
5. a luta pela democratização dos meios de comunicação;
6. a defesa da independência de classe das organizações dos trabalhadores contra a cooptação governamental/patronal, e a solidariedade com a luta dos trabalhadores e dos povos do mundo, em especial do México, Argentina e contra o bloqueio a Cuba;
7. a defesa das liberdades democráticas e construção efetiva da cidadania;
8. a luta pela reversão da miséria e por condições dignas de vida para toda a população.

Hoje o governo avança na tentativa de implementação de suas propostas de reformas, via o uso abusivo e antidemocrático de medidas provisórias - MPs - (entre 01/01 a 17/03/95, o governo FHC já editou e/ou reeditou um total de 135 Medidas Provisórias); decretos e emendas já enviadas ao Congresso Nacional; sobre a quebra do monopólio do petróleo, quebra do monopólio das telecomunicações; conceitos de empresa nacional; exploração do subsolo e cabotagem e, mais recentemente, a imprensa divulgou (17/03/95) a proposta de emenda à Constituição referente à Previdência Social. Esta emenda tenta retirar do Estado a responsabilidade pela manutenção das aposentadorias, tanto da iniciativa privada quanto do setor público criando a previdência complementar. Propõe eliminar o caráter da previdência como direito social e limitar o seu funcionamento a uma ótica meramente contábil.

Algumas das medidas do governo merecem destaque pelas suas conseqüências para a categoria docente e para a educação brasileira. O Projeto de Lei Complementar - PLC - Nº 125/91 (dispõe sobre limite orçamentário com gastos para pessoal) aprovado no Senado Federal em 08/03/95 constitui-se em importante instrumento para o Plano Real no que diz respeito ao arrocho salarial para os servidores públicos e engessamento do quadro de pessoal da União. Na realidade, o PLC Nº 125/91 legaliza 30 anos de contínuo arrocho salarial no serviço público, praticamente congelando o atual e baixíssimo patamar de participação do servidor público no orçamento. A emenda da Previdência é uma afronta a direitos sociais conquistados pela população brasileira.

A MP 938 (16/03/95, ao propor regulamentação da atuação do Conselho Nacional de Educação, inclusive com sua divisão em dois conselhos setoriais, um de educação básica e outro de educação superior, fere frontalmente a concepção de Conselho contida na Lei de Diretrizes e Bases - LDB - (substitutivo Jorge Hage). No que diz respeito mais diretamente à Universidade Pública, constitui-se num golpe contra a Autonomia Universitária ao desrespeitar os processos legítimos de escolha de dirigentes e ao impor a realização de "exames de avaliação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos das últimas séries dos cursos de graduação das instituições de ensino superior".

Registre-se ainda um anteprojeto de lei de autoria do Executivo, ainda não enviado ao Congresso, que "dispõe sobre o Regime Jurídico das entidades públicas não estatais e dá outras providências". As conseqüências para a Universidade Pública seriam a transformação de sua natureza jurídica que passaria a se configurar como entidade pública não estatal, com regime jurídico de fundação de direito privado. Na realidade, trata-se da extinção não só do ensino superior público, bem como de outras instituições públicas e do patrimônio público.

Por último, o governo FHC - com o falso discurso de que é preciso modernizar - recupera propostas antigas que foram barradas pelo movimento social organizado. A título de exemplo, o "exame de ordem" - uma das medidas que trata a MP 938/95 - fazia parte da proposta "Uma Nova Política para o Ensino Superior" (governo Collor, 1991), o que provocou a realização do II CONAD Extraordinário da ANDES-SN (Brasília, 11 a 13/04/91). Quanto à proposta do regime jurídico das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES -, esta é resgatada da proposta de Emenda Constitucional (PEC - 56B), que tramitou no Congresso Nacional em 1992, enquanto iniciativa do deposto Collor.

AUTORITARISMO SOB A MÁSCARA DEMOCRÁTICA

Um outro aspecto de fundamental importância a ser registrado, denunciado e combatido é a forma como o governo FHC está encaminhado as reformas.

Sob o discurso de ter sido eleito por 34 milhões de brasileiros, o governo FHC invoca o "direito" de fazer mudanças atropelando instrumentos e canais que caracterizam uma democracia e, que, no caso brasileiro, foram duramente conquistados. Impede-se a discussão e ameaça-se com instrumentos repressivos quaisquer questionamentos à política governamental, a exemplo do ocorrido em 17/03, na Candelária, centro do Rio de Janeiro.

É preciso ter clareza que o resultado de uma eleição não anula as lutas de classes e tão pouco torna igual o que é desigual num passe de mágica. Arrogância e prepotência não combinam com democracia.

CONSTRUÇÃO ARTICULADA DAS LUTAS

Diante desse conjunto de ataques sucessivos aos direitos sociais e a organização dos trabalhadores, ao patrimônio público e a soberania nacional começaram a ressurgir com mais rigor, no Brasil e no exterior, protestos e contestações. Na Argentina e no México os trabalhadores manifestam-se com veemência contra as medidas recessivas impostas por seus governos.

No Brasil, atos sucessivos tem se dado em várias capitais. Em janeiro de 95 as passeatas de aposentados. Em fevereiro, os telefônicos nas ruas de Brasília e os professores das Instituições de Ensino Superior, organizados pela ANDES-SN, em ato público, no Congresso Nacional (Auditório Petrônio Portela). Nestes últimos dias os movimentos mais expressivos se deram em Belo Horizonte, com ato público e passeata que reuniu em torno de seis mil pessoas. Em Brasília ocorreu uma caravana de professores do Estado de São Paulo, dispostos a lutarem pela manutenção da aposentadoria, e no Rio de Janeiro, na Cinelândia, estudantes, servidores públicos e trabalhadores das estatais protestaram contra as reformas neoliberais propostas por FHC.

Uma das questões discutidas no XIV Congresso da ANDES-SN foi a necessidade da CUT assumir o papel de articuladora das lutas contra as reformas do governo FHC. O que ela passa a fazer a partir das respostas das categorias de trabalhadores ao agravamento da crise. Dando conseqüência a esse processo, a Central, a partir da reunião de sua Executiva Nacional (Brasília, 13 a 15/03/95), expressou um posicionamento efetivo sobre as reformas do governo contido no documento "EM DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES E DA CIDADANIA. CONTRA AS REFORMAS NEOLIBERAIS DE FHC", além de ter definido um calendário de luta para o enfrentamento delas.

A exemplo de outras categorias de trabalhadores e face às ameaças que pesam sobre a educação e a universidade públicas, é preciso que o movimento docente intensifique sua mobilização. Contribuindo para o desmonte da racionalidade autoritária e tecnocrática do projeto FHC, num embate que auxilie na apreensão de suas contradições e na assimilação das possibilidades oriundas da experiência acumulada de luta dos trabalhadores.

Quem contribuiu para minar a ditadura militar e para depor um presidente tem potencial para fazer valer os seus direitos sociais.

INDICATIVO DE GREVE

O XXIX CONAD (Niterói-RJ, 29/11 a 29/12/94) aprovou o indicativo de greve a ser submetido às Assembléias Gerais para discussão, tendo como motivo principal a nossa exclusão do processo de isonomia salarial e a não reposição de perdas salariais acumuladas ao longo de sucessivos planos econômicos e agravadas com o Plano Real.

Em seguida, os Servidores Públicos Federais - SPFs - aprovaram também o indicativo de greve da categoria referendado nas Plenárias Nacionais que se realizaram em janeiro e fevereiro do corrente ano. Na Plenária de fevereiro foi iniciada uma ação efetiva junto a CUT no sentido da unificação das lutas dos SPFs com os trabalhadores das Estatais, e mais amplamente com os trabalhadores do setor privado, na luta contra a reforma constitucional e em oposição à política do governo FHC, diante das medidas já tomadas.

Em 16 e 17 do corrente mês, o governo FHC concretizou mais uma etapa do projeto neoliberal, editando uma série de Medidas Provisórias, permitindo retirar recursos da Previdência para cobertura de déficit do Tesouro Nacional; adiando o pagamento dos SPFs para o mês seguinte ao trabalhado; rompendo com a Autonomia das universidades; além da apresentação de proposta de Emenda Constitucional retirando direitos sociais ligados à Seguridade Social (Previdência, Saúde e Assistência Social), conquistados duramente nas lutas das classes trabalhadoras.

Neste momento estamos diante de ataques concretos que exigem respostas urgentes e contundentes no sentido de impedir que tais medidas se efetivem. Estão colocadas no horizonte político as seguintes alternativas:

- greve geral dos trabalhadores a ser articulada pela CUT com as demais Centrais;
- greve que unifique os SPFs e os trabalhadores das Estatais, e
- greve unificada do conjunto dos SPFs

Diante dos recentes ataques à Universidade Pública (já citados), do golpe articulado pelo regime especial (para as IFES) de Fundações Públicas Não Estatais de Direito Privado, temos que nos preparar urgentemente para a implementação da alternativa que se mostre exeqüível, dentre as citadas acima, ou se necessário para uma greve dos docentes das IFES em defesa da Universidade Pública, Gratuita, Democrática, Laica e de Qualidade. Vale ressaltar que qualquer uma destas alternativas terá necessariamente que estar sustentada por manifestações de rua, em conjunto com entidades da sociedade civil, para buscar visibilidade e apoio da população.

Setor das IFES da ANDES - S.N
Brasília, 18 de março de 1995

APUBH CONVOCA:
Professores na ativa
e Aposentados
ASSEMBLÉIA GERAL
DIA: ***28 de março de 1995***
HORA: ***09:30 h***
LOCAL: ***AUDITÓRIO DA REITORIA***
PAUTA:
* Reformas na Previdência e na Universidade *
* * * Indicativo de Greve * * *